



PORTARIA Nº 263, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando os termos da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 059, de 10 de maio de 2017.

Art. 2º Instituir o Comitê Permanente de Governança, Riscos e Controles (CGRC) no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de caráter deliberativo, em consonância com a legislação vigente, dando continuidade aos trabalhos iniciados na gestão anterior.

Art. 3º O CGRC será composto pelos seguintes membros:

- I. Reitora;
- II. Chefia de Gabinete;
- III. Pró-Reitor de Planejamento;
- IV. Pró-Reitor de Administração;
- V. Pró-Reitora de Recursos Humanos.

§ 1º A Reitora presidirá o CGRC e, em suas ausências ou impedimentos, o Vice-Reitor.

§ 2º Os demais membros poderão ser representados por seus substitutos legais em seus impedimentos e afastamentos.

§ 3º A Auditoria-Geral da UFMG prestará apoio técnico às reuniões e decisões do CGRC.

§ 4º O Gabinete da Reitora auxiliará administrativamente o CGRC, exercendo a função de Secretaria Executiva do Comitê.

§ 5º A Presidente do CGRC poderá convidar servidores representantes de outros órgãos para colaborar na elaboração da política de governança, riscos e controles da UFMG, os quais, eventualmente, poderão participar de reuniões do Comitê.

Art. 4º São competências do CGRC:

I- promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;



II- institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III- promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV- garantir a aderência às regulamentações, às leis, aos códigos, às normas e aos padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V- promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI- promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;

VII- aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII- supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX- liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;

X- estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI- aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para o gerenciamento de riscos e para a implementação dos controles internos da gestão;

XII- emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e

XIII- monitorar as recomendações e as orientações deliberadas pelo Comitê.

Art. 5º Os riscos e os controles internos serão geridos de forma integrada e transparente, objetivando o estabelecimento de ambiente de controle e gestão de riscos, por meio de ações que tenham características eminentemente preventivas e que visem ao cumprimento pleno da missão de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade pública e de qualidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2018.

Prof. Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora